

**REVISTA**  
**PORTUGUESA**  
**de HISTÓRIA**

**tomo XXXI**

**Homenagem ao Doutor  
Salvador Dias Arnaut  
Volume II**



**COIMBRA 1996**  
**FACULDADE de LETRAS**  
**da UNIVERSIDADE de COIMBRA**  
**INSTITUTO de HISTÓRIA ECONÓMICA e SOCIAL**

## **IDENTIDADE E TRADIÇÃO NA MEMORIA DE 1640'**

ZÍLIA OSÓRIO DE CASTRO  
(*Universidade Nova de Lisboa*)

Falar em identidade e em tradição significa falar em dois aspectos de uma mesma realidade, individual ou colectiva, sem que qualquer deles se esgote no outro, ou se confundam. A identidade é inerente à essência desse real considerado ontologicamente, de forma que seria inconsequente pensá-lo sem referência à sua própria unidade. E a consciência desta unidade projectada no tempo que permite referir as mudanças a um mesmo ser, sem pôr em causa a sua existência enquanto tal. Ou seja, a identidade refere-se à permanência da essência no acidental e mutável da existência. Isto significa que a identidade pode exprimir-se dos mais variados modos e com perfis diferentes, embora necessariamente consequentes com a sua unidade caracterizadora. Como tal, estes apresentam-se como aspectos trans-finitos da atemporal idade do ser e, ao mesmo tempo, como expressão da sua temporalidade, entendida como existência no tempo ou, por outras palavras, como vivência.<sup>1</sup>

<sup>1</sup> Texto elaborado a partir de uma comunicação apresentada no colóquio *Identidades Regionais e Nacionais na Península Ibérica: das idiossincrasias do passado aos desafios do cosmopolitismo europeu*, realizado na Universidade do Minho, em Dezembro de 1996, e organizado pelo Centro de Estudos Lusíadas.

Nesta perspectiva, a tradição surge sempre como expressão do que na temporalidade da existência mais se aproxima da atemporalidade da essência. Permanecendo no tempo, dá origem e enforma uma unidade existencial, que é expressão temporal da unidade essencial. A temporalidade e a atemporalidade, compaginando-se no tempo, tomam-se, assim, caracterizadoras de uma existência, com referências unificadoras que são expressão de identidade. Sendo assim, e tendo em conta o carácter multifacetado da unidade do ser e os seus atributos existenciais, a tradição configura, no tempo e no espaço, elementos parcelares da sua identidade. São as tradições concretas e específicas. Integram-se na globalidade da tradição como partes de um todo, tal como as partes se integram na unidade do ser, projectando no tempo facetas da sua identidade. Sob o ponto de vista da conjugação entre identidade e tradição torna-se, pois, inconsequente buscar a identidade num só aspecto do real, porque nem nunca a parte pode explicar o todo, nem nunca a unidade como todo ou como conjunto de partes se projecta sincrónicamente no tempo. E o mesmo acontece por idênticas razões se se pretende definir a identidade utilizando um único argumento ou recorrendo à primazia de um só elemento. Daí a fragilidade da teoria do mosaísmo de Teófilo Braga ao colocar numa raça a essência da nação portuguesa, ou do romantismo de Alexandre Herculano ao invocar a vitória política dos barões e condes peninsulares, ou ainda do idealismo de Oliveira Martins ao falar das particularidades de um estado de espírito particular do povo português<sup>2</sup>. Daí, também, a reduzida consistência dos argumentos da unidade territorial e das vicissitudes políticas da vocação colonizadora e ultramarina<sup>3</sup>. Daí

<sup>2</sup> Veja-se, por todos, Amadeu Carvalho Homem, “Identidade nacional e contemporaneidade”, in *Revista de História das Ideias*, vol. 17, Coimbra, 1995, pp.587-594.

<sup>3</sup> *Vid.. Idem, ibidem.*

ainda o reducionismo da invocação da evolução da História de Portugal no sentido da conquista da liberdade<sup>4</sup> ou do carácter atlântico do seu território<sup>5</sup>

Questionar a identidade de Portugal, procurando fundamentá-la teoricamente para assim a definir, parece ser historicamente tão limitativo quanto tentar responder ao que é o amor ou a amizade, o ódio ou o ciúme. Se se aceita que a identidade é a unidade projectada no tempo, o conhecimento das variadas expressões que sucessivamente assumiu supera o interesse de uma definição fundamentada numa explicação genética, ou ontológica, cuja complexidade não raras vezes põe em causa as soluções apresentadas ou lhes retira a credibilidade. É evidente que identidade, identificação e expressão de identidade levantam questões diferenciadas no âmbito de uma mesma realidade. Mas reflectindo-se a identidade numa vivência identificadora e identificante será na reflexão sobre uma e outra que se encontram os elementos definidores e não na superação racional das mesmas. Por isso, não interessa apenas afirmar, por exemplo, que a “história nos fez únicos” mas assinalar os momentos, os modos e as expressões dessa unidade. Se ela existe para além de uma simples figura de retórica, terá necessariamente enformado, ao longo do tempo, vivências específicas quer relativamente a si mesma quer face aos outros. Por outro lado, não só são diversas as formas de expressão da identidade, como já se referiu, como também é variável o seu grau de consciencialização. Situações de crise, de confronto declarado ou de política desagregadora explicam, talvez, até certo ponto, a acentuação do sentido da unidade e, portanto, da identidade.

<sup>4</sup> *Vid. idem*, pp.594-596

<sup>5</sup> Veja-se José Esteves Pereira, “Portugal: identidade, identidades”, in *El reto europeo: identidades culturales en el cambio de siglo*, I Jornadas de Hispanismo Filosófico, Madrid, Editorial Trotta SA, 1994, pp 80-83.

Por tudo isto, a história, enquanto expressão do devir do homem no tempo e da memória do passado, ocupa um lugar privilegiado no processo da reflexão sobre a identidade de qualquer colectividade, nomeadamente da comunidade política. Permite detectar as permanências e as mudanças na média e longa duração e, como tal, distinguir no accidental a expressão do essencial, ou seja, na problemática em análise, distinguir as expressões de unidade identificadora da *respublica*. Contudo, nunca a história, por si só, enquanto simples memória dos acontecimentos do passado, constitui expressão de identidade. Pode, até, ser invocada como argumento *a contrario*. Perguntava há pouco tempo um historiador italiano, pondo em causa a existência de uma unidade, portanto, de uma identidade italiana. “O que é a Itália?” Sem entrar no debate sobre a eventual pertinência da interrogação, não se pode deixar de salientar que a unidade não exclui as diferenças. Integra-as ou melhor, coabita com elas. Temos exemplos significativos na expressão consagrada de “ Mãe Rússia” e no orgulho não menos consagrado dos norte-americanos pela sua identificação como tais. Isto aponta para a possibilidade de existência de vários níveis de unidade e, portanto, de identidade. Esta será invocada para fundamentar a legitimidade de cada um, sem servir, em si mesma, para justificar idêntica expressividade.

Tema privilegiado para uma reflexão sobre a complexa problemática de identidade /identidades, tradição/tradições é a memória do dia comemorativo da Restauração, pois, curiosamente, atravessa toda a nossa história moderna, chegando ao tempo presente. Quaisquer que sejam as comemorações ou mesmo a falta delas, o certo é que a ideia de independência como critério de unidade, e portanto de identidade, permanece. Assume expressões diferentes segundo os tempos e as circunstâncias. E perfila-se como identificadora e como identificante, conforme o imperativo seja de consolidar a unidade interna ou de a afirmar externamente. Por sua vez a tra-

dição, nascida da sua permanência no tempo, legitima outras expressões de unidade para as quais ela se apresenta como um ponto de referência.

Temos um exemplo acabado desta permanência na publicação em Braga, por iniciativa da academia local, de uma longa série de números únicos comemorativos do 1 de Dezembro<sup>6</sup> 7. Iniciada em 1882 com o título de *Um brinde às Damas*, ir-se-ia manter até aos anos noventa deste século com regularidade quase anual. Muitos dos títulos acentuam a tradição, pois explicitamente invocam os “heróis de 1640” ou os “restauradores da Pátria”, ou ainda “os restauradores da independência da Pátria”. Muitos dos temas focam a independência como expressão de identidade - identidade face à Espanha do passado, e identidade face aos desafios do presente. Se os primeiros apontam para a unidade que se mantém no tempo, os segundos indiciam as diferenças vividas nesse mesmo tempo. E assim a memória comum do dia 1.<sup>o</sup> de Dezembro de 1640 é acompanhada por discursos de tonalidades próprias, em que a pura exaltação vai evoluindo para contidas manifestações de reconhecimento do sentido histórico de uma data sempre recordada. Conjuntamente, variam as interrogações e os receios, assim como as propostas e os projectos. Nos anos trinta, por exemplo, depois de se afirmar que o supremo ideal dos povos é a independência, perguntava-se: “De que vale uma nação estar fora do domínio estrangeiro, se dentro dela vive um povo escravizado que não tem liberdade?”<sup>8</sup>. E, ao mesmo tempo, apontava-se como perigos de fora o “execrando

<sup>6</sup> Veja-se Maria Helena R. Laranjeiro da Cunha, *Números Únicos Bracarense comemorativas do 1- de Dezembro de 1640*, Braga, Associação dos Antigos Estudantes da Universidade do Minho, Associação Académica da Universidade do Minho, Biblioteca Pública de Braga, 1995.

<sup>7</sup> *Vid. Idem*, pp. 10,14-15.

<sup>8</sup> Maria Laura Fernandes Tomás de Araújo, “Independência”, in *Homenagem da Academia de Braga aos Restauradores da Pátria*, Braga, 1993, p. 5.

e absurdo iberismo”<sup>9</sup>, “as facções intemacionalistas”<sup>10</sup> <sup>11</sup>, “as doutrinas que ocultamente encerram o germen da desobediência e da revolta”<sup>11</sup>. Perante tudo isto havia que consolidar ou actualizar os valores nacionais. “Que tudo se encaminhe para uma aliança valiosa do idealismo e do realismo. Renovemos a mentalidade do país!”<sup>12</sup>, escreveu-se então. E apelou-se para a “dignidade de pensamento”<sup>13</sup>, para “o trabalho”<sup>14</sup>, para “a educação da mocidade”<sup>15</sup>. “E preciso sonhar - dizia no mesmo sentido, em 1933, Rui Carrington da Costa - sonhar muito... mas qual a directriz de todo este sonho? Uma ânsia de liberdade... o engrandecimento de Portugal... o esforço colectivo... a solidariedade - que sei eu? - o sonho a buscar as realidades do tempo que passa...”<sup>16</sup>.

Passaram-se anos. E na presente década de noventa é ainda ouvida pela academia bracarense a mensagem de rebeldia que, em 1640, uniu os portugueses contra a opressão vinda de fora, embora dirigida agora contra outros objectivos: “A revolução de 1640 está distante, mas isso não impede que nos rebelemos por outras causas”<sup>17</sup>. Uma destas vêm de dentro. Concretizam-se na falta de respeito pelos direitos dos outros. Outras vêm da Europa. Mas, agora como então,

<sup>9</sup> António da Costa, “O 1º de Dezembro à luz do século XX” in *Homenagem da Academia de Braga aos Heróis de 1640*, Braga, 1932, p.5.

<sup>10</sup> Joaquim S. Paes de Villasbôas, “292 anos depois”, in *Idem*, p. 17.

<sup>11</sup> F. Prieto, “Amparemos os Novos”, in *Homenagem da Academia de Braga aos Restauradores da Pátria*, Braga, 1933, p.1.

<sup>12</sup> Feliciano Ramos, “O fluir da irrealdade no século XVII: 1640”, *ibidem*, p. 13.

<sup>13</sup> *Idem, ibidem*.

<sup>14</sup> F. Prieto, “Caminho a seguir”, in *Homenagem de Braga aos Heróis de 1640*, cit.p. 1.

<sup>15</sup> F. Prieto, “Patriotismo e educação”, in *Homenagem da Academia de Braga aos Restauradores*, Braga, 1935,p.1.

<sup>16</sup> Rui Carrington da Costa, “Na data da independência, sonhai, mocidade”, in *Homenagem da Academia de Braga aos restauradores da Pátria*, cit.p.4.

<sup>17</sup> José Eduardo Marques, “1- de Dezembro”, in *O estudante filantropo. Número único comemorativo das tradicionais festas académicas bracarenses do 1º de Dezembro*, Braga, 1992.

se se considera a resposta comum a um apelo como expressão de unidade, com identidade própria pelas raízes profundas da acção, a unidade nacional conquistada não só se identifica com todas as unidades parciais internas em luta pelo reconhecimento da sua existência, como, mantendo-se como tal, tem potencialidade para responder a todos os desafios. Respeitada esta “lógica da diversidade”<sup>18</sup>, mediante o respeito pela unidade de cada uma das partes, toma-se possível uma união que, sem ser massificação, devido à salvaguarda da identidade onde ela exista, seja, simultaneamente, identificadora e identificante da totalidade. Será este talvez o desafio de hoje: manter a identidade, reconhecendo a diversidade. Diversidade interna e diversidade externa. Identidade nacional e identidade europeia. Neste sentido, a actualidade do memorialismo secular da Restauração é evidente. Estará presente, se bem se entender, em afirmações como esta: “o 1º de Dezembro deve ser motivo de reflexão para que saibamos defender e manter a nossa identidade e personalidade”<sup>19</sup>. A identidade, uma vez mantida contra a Espanha, agora afirmada face à Europa, não deixará de ser, afinal, o resultado da união de identidades próprias, diante de um apelo comum.

Em suma, este conjunto de números únicos bracarenses, apesar da simplicidade dos seus artigos, permite reflectir sobre a complexidade das problemáticas da identidade e da tradição nacionais. Mas, mais do que isso, permite detectar os tempos e as fornias de definição e de expressão do essencial e do accidental, da permanência e da evolução, do ser e do estar, no período da sua publicação. Ao celebrarem a memória de 1640, assumem a identidade que consagrara Portugal na unidade de país independente e integram-se na tradição que a mantivera e reforçara. Ao veicularem expressões particula-

<sup>18</sup>Vitor Aguiar da Silva, “Significado literal e alegoria do primeiro de Dezembro”, *ibidem*.

<sup>19</sup>Silva Araújo, “Os meus primeiros de Dezembro”, *ibidem*.

rizantes dessa identidade, apresentam-se como expoentes de vivências que mudam com os tempos sem a excluir nem anular.

A República manifestou uma outra expressão de identidade. Ao fazer do 1.º de Dezembro a *Festa da Bandeira* apelou implicitamente para a unidade nacional<sup>20</sup>, tomada também como símbolo de independência porque caracterizadora da pátria. Escreveu-se então:

“A bandeira não é a insígnia de um partido, é o símbolo de uma pátria, cuja sombra benéfica a todos protege e abriga. A bandeira simboliza a pátria e a pátria é a terra que nos alimenta, é o céu que nos cobre; é o beijo de nossas mães e o conselho de nossos pais; é o mestre que nos educa e a crença que nos alenta; é a tradição que nos nobilita e o progresso que nos ilumina. A pátria é o conjunto de todas as recordações da nossa memória, de todos os afectos do nosso coração, de todos os sonhos da nossa fantasia, de todas as desilusões da nossa alma.... Tudo isto simboliza aquela bandeira que não é duma casta, mas de uma nação; não é o grito de guerra, é a mensageira da paz, é a pregoeira da *união* entre todos os portugueses”<sup>21</sup>.

Note-se, porém, que para os republicanos esta *união* não se apresentava como uma novidade e muito menos como índice de ruptura com o passado. Era apenas a expressão actualizada do sentimento comum da independência que unira o povo português

<sup>20</sup> “A república.... substituiu à antiga festa da independência, a do culto da bandeira. Fez bem porque a bandeira nacional, concretizando todas as aspirações de um povo, não só do território mas intelectuais, morais e económicas, dá um carácter mais nobre e salutar à nossa finalidade social” (“A festa da bandeira”, in *O Século*, 2 de Dezembro de 1910,p.1).

<sup>21</sup> Martinho Lopes Maia, *A festa da bandeira. Discurso que proferiu em Eivas em 1 de Dezembro de MCMX*, Eivas, António José Torres de Carvalho, 1910, p.7.

desde o início da nacionalidade e à qual a realeza havia dado expressividade política até ao advento da república. Nesta perspectiva, a substituição do regime mantivera a identidade presente na memória histórica do passado e na tradição das sucessivas comemorações do dia da independência. Mas personificava a mudança na substituição da bandeira, não só nos seus símbolos, mas também nas suas cores. Na argumentação então desenvolvida para a justificar ou para a criticar está mais uma vez presente a noção da continuidade de uma identidade que vem do passado e se projecta no futuro, compaginando-se com as mutações:

“O problema da fixação da bandeira... é uma coisa demasiado complexa porque esse consagrado símbolo patriótico tem de sintetizar por uma forma imperiosa, eloquente, sumária e viva, o significado social do povo que representa. Há-de conter a sua alma, o seu ideal, o seu carácter, a sua tradição, a sua história. Essa preciosa objectivação pela linha e pela cor que as diferentes nações têm religiosamente erguido na sequência dos séculos e à frente das suas melhores aspirações... é a afirmação do seu direito à vida no grande conflito universal, é a expressão íntegra perante o mundo da sua vitalidade, da sua expansão, da sua riqueza, do seu progresso, da sua força.... Tem de exprimir as ideias de independência, de domínio, de constituição social, de regime político. Tem de ser ao mesmo tempo a evocação lendária do passado, a imagem fiel do presente e a figuração vaga do futuro”<sup>22</sup>.

Idêntica conjugação entre o passado e o futuro, entre a tradição e a inovação sob o signo único da identidade perpassa na reflexão

<sup>22</sup>“Razões da comissão da bandeira para a sua escolha”, in de 1910, p.I.

sobre as cores da nova bandeira e em toda a polémica que gerou. E assim, enquanto o positivismo comteano justifica e escolhe o verde, o historicismo lusitano faz consagrar o vermelho. Segundo o relatório da comissão encarregada do estudo de nova bandeira “fora quando a nação portuguesa entrara na verdadeira compreensão do seu destino, à medida que os nossos “homens bons” ensaiavam asas para o voo da sua formidável acção mundial que começara a aparecer na nossa bandeira o vermelho.... E tão intimamente ligado anda o vermelho com as manifestações vitais da lusa nacionalidade que ele figura ainda durante a dominação de Castela e a maior parte do domínio brigantino”<sup>23</sup>. Para os homens de 1910 e contrariamente ao que pensava Augusto Comte - para quem o vermelho designava “a sanguinária atitude dos revolucionários mais atrasados”<sup>24</sup> - ele era “o grito de clarim cromatizado... era a única cor capaz de dar-nos o incentivo dos grandes entusiasmos e de nos erguer à máxima devoção por um dever sagrado”<sup>25</sup> <sup>26</sup>. Sendo assim, invocavam a tradição como um passado que se projectava no futuro, mantendo-se como expressão de identidade no meio da revolução.

Diferentes seriam, porém, os caminhos da inovação, ou seja, da adopção da cor verde - a cor que, com o branco, colhia as preferências de Augusto Comte. “Esta cor - escrevera ele a J. Fischer em 1855 - convém aos homens do futuro, caracterizando a esperança, mediante o anúncio habitual que fornece por toda a parte a vegetação, ao mesmo tempo que indica a paz; duplo título para simbolizar a *actividade pacífica*”<sup>26\*</sup>.

<sup>23</sup> *Idem, ibidem.*

<sup>24</sup> Auguste Comte, cit. por R. Teixeira Mendes, *A bandeira da república portuguesa segundo os ensinamentos de Augusto Comte*, Rio de Janeiro, na Sede Central da Igreja Positivista do Brasil, Templo da Humanidade, Abril de 1911, p.6.

<sup>25</sup> “Razões da comissão da bandeira para a sua escolha” aY.

<sup>26</sup> Augusto Comte, “Carta a J.Fischer de 4 de Bichat de 67 (6 de Dezembro de 1855)”, cit. por R. Teixeira Mendes, *ob.cit.*, p.5.

Contudo, Comte e certos republicanos unidos na ideia comum de um projecto de futuro, simbolicamente representado pela mesma cor, divergiam na escolha do caminho a seguir para o concretizar, tanto quanto a inovação como evolução se afasta da inovação como revolução.

Face ao verde como símbolo do pacifismo evolucionista de Comte - aliás de acordo com o plano de transição orgânica das sociedades políticas - ergue-se a sua adopção como estandarte revolucionário. Os membros da comissão reconheciam que o verde estava desligado de tradições<sup>27</sup>. Mas afirmavam ao mesmo tempo que havia creado a sua própria tradição no momento em que sob ele se haviam congregado as forças do povo em busca da sua identidade.

“Foi ela uma das cores que preparou e consagrou a revolução.

Brotou do espontâneo instinto popular. Presidiu a esta deslumbrante e formidável transformação social; e semelhante acontecimento assegurou-lhe logo um lugar primacial na representação simbólica da pátria. Mais forte do que a lógica raciocinada dos homens é a eloquência espontânea dos factos. Faltava à cor verde a tradição nacional? Pois essa tradição - que não é mais do que a definição da nossa atitude em presença da vida - alcançou-a de salto, a nova cor, no momento decisivo em que, sob a inflamada reverberação da bandeira revolucionária, o povo português fez chispar o relâmpago redentor de

<sup>27</sup> Nem todos os republicanos pensavam de igual modo. Teófilo Braga, por exemplo, invocou (quicá incorrectamente) o “*pendão verde* da Ala dos Namorados” como antecedente “histórico” do verde da bandeira republicana. Veja-se a este respeito *A nova bandeira. Crítica de um artigo de Theophilo Braga*, Lisboa, Typographia de Antonio Maria Antunes, 1910. Assina o texto Dom Payo de Lamego. Verde era também a cor do pendão que no tempo de D. Pedro II os bandeirantes empunhavam. Veja-se sobre este assunto Alvino Melquides Brugalli, *Meu Brasil Brasileiro. Símbolos Nacionais Históricos*, Caxias do Sul, EDUCS, 1989, p.44.

uma alvorada dos podridos destroços de um trono”<sup>28</sup>.

Ao aprovar a bandeira verde e vermelha, a revolução pretendeu recuperar a tradição em seu benefício próprio, isto é, procurou manter a identidade apesar da mudança. E procurou mantê-la onde acreditou que ela estava: na História e no Povo, isto é, no passado e no presente. Esta pretensão tivera-a também Guerra Junqueiro, embora de forma diferente. A sua proposta mantinha as cores tradicionais - azul e branco<sup>29</sup>. Substituía apenas a coroa pelo “emblema soberano da revolução”<sup>30</sup>. Opunha, assim, à ruptura revolucionária, o princípio comteano da transição orgânica que, só na última fase, previa a alteração das cores da bandeira, como garantia de uma identidade expressa na tradição. E, para salientar a continuidade entre o passado e o presente, lembrava que “ao proclamar-se a república das varandas da casa do município, ladeavam o estandarte vermelho e verde, duas bandeiras azuis e brancas”<sup>31</sup>. Seja como for, em 1910, a tradição da revolução superou a da transição, e Paulino de Oliveira, pôde cantar um ano depois:

E em vez do branco e azul, banais, que tinha dantes  
 Ei-la, a rir, verdejando - em seivas transbordantes!  
 Ei-la, rubra, a cantar - como tarde de festa!<sup>32</sup>.

Ainda no âmbito do simbolismo identificador da bandeira, importa recordar que Augusto Comte idealizara um estandarte

<sup>28</sup> “Razões da comissão da bandeira para a sua escolha”, cit.

<sup>29</sup> Cfr. Guerra Junqueiro, “Historial da bandeira portuguesa”, cit. por Teixeira Mendes, *ob. cit.*, pp. 15-21.

<sup>30</sup> *Idem*, “Comte ao povo de Lisboa”, cit. por *Idem*, p.21.

<sup>31</sup> *Idem*, “Historial da bandeira portuguesa”, *ibidem*, p.20.

<sup>32</sup> Paulino de Oliveira, “Bandeiras”, in *A Republica Portuguesa 1- Anniversario 5.10.1911*. Número comemorativo publicado pelo Centro Republicano de S.Paulo.

comum a todo o ocidente. Seria verde e teria a figura feminina da Humanidade numa das faces e na outra as divisas do positivismo: *Ordem e Progresso. Viver para outrem*. Nesta unidade ocidental seriam consagradas as particularidades de cada nacionalidade numa orla com as cores da população correspondente. Cada nação, sem perder a sua identidade, participava da globalidade, dotada ela também de identidade própria. Deste modo, escrevia ele, “a uniformidade e a variedade achando-se assim felizmente combinadas, a nova ocidentalidade anunciará dignamente a sua aptidão necessária para respeitar escrupulosamente até as menores nacionalidades, cada uma das quais conservaria os seus próprios emblemas sem alterar o símbolo comum”<sup>53</sup>.

Se a simbologia significa alguma coisa, comparar a proposta de Augusto Comte com a actual bandeira da União Europeia significa talvez confrontar dois projectos políticos para a Europa: num salvaguarda-se a identidade da diferença, no outro a identidade da igualdade. Será este, eventualmente, o desafio que, na sua globalidade e nos seus particularismos, o 1 de Dezembro de 1640 coloca hoje aos portugueses. Poder-se-á, portanto, questionar: que identidade está latente em Portugal nos debates tanto sobre a integração europeia como acerca das autonomias e da regionalização? que identidade subjaz às palavras proferidas este ano, no 1.º de Dezembro, relativamente à posição de Portugal na Europa? enfim, que identidade colhe, no presente, a simpatia dos portugueses? ou seja, como se entende hoje a mensagem tradicional da independência, como expressão de identidade, presente nas comemorações no dia da Restauração?

<sup>53</sup> Augusto Comte, cit. por R. Teixeira Mendes, ob. cit., p.5.